

Cultura, Política e Identidade: apropriação ativa da linguagem na formação de novos sujeitos de mudança na zona rural

Culture, Politics and Identity: active appropriation of language on formation of new subjects of change

Adriana Tenório Cordeiro¹; Sérgio Carvalho Benício de Mello²

Resumo

Este trabalho busca na narrativa de uma ONG, atuante na zona rural de Pernambuco, uma interlocução entre cultura e política, e discute o modo como a identificação que constitui campos culturais transforma-se num campo de ação proativa em que novos sujeitos de mudança emergem. O “cultural” obtém força política quando uma formação cultural entra em contradição com lógicas políticas ou econômicas que tentam refuncionalizá-la para exploração ou dominação. Os elementos culturais, por si sós não, possuem conotações políticas necessárias são articulados num discurso alternativo, em oposição a uma estrutura dominante repressiva. A relação identidade-localismo é rearticulada em prol da mudança social, e a ênfase da ação se define em função de questões de relevância global.

Palavras-chave: Cultura. Política. Identidade. Localismo.

Abstract

This paper seeks, in the narrative of an NGO acting in state of Pernambuco's (Brazil) rural zone, a dialogue between culture and politics, discussing the way how the identification that establishes cultural segments transforms itself into a proactive action field in which new subjects of change emerge. The “cultural” aspect gains political strength whenever cultural formation contradicts political or economic logic that try to re-functionalize it for means of exploitation or domination. Cultural elements, that alone do not have necessary political connotations, are articulated in alternative discourse, in opposition to a dominant repressive structure. The relation between identity and localism is then re-articulated towards social change, and the emphasis of action is defined according to matters of global relevance.

Key-words: Culture. Politics. Identity. Localism.

¹ Professora Assistente da UPE. Mestre em Administração pelo PROPAD/ UFPE. E-mail adrianatcordeiro@gmail.com

² Professor Associado da UFPE. PhD em Marketing pela City University London (Cass Business School). E-mail: sergio.mello@ufpe.br

Introdução

Uma preocupação contemporânea com a identidade encontra-se estreitamente ligada a um deslocamento das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo (CASTELLS, 1997; HARVEY, 1993). Os processos de transformação social sintetizados numa “sociedade em rede” (CASTELLS, 1997) – marcada pela interação cada vez mais complexa e interdependente entre focos dispersos de produção, circulação e consumo – ultrapassam a esfera de relações sociais e técnicas de produção, à medida que afetam a cultura³ e o poder⁴ de maneira profunda.

Quando consideramos os efeitos de uma nova “lógica cultural”, podemos referir-nos à existência de uma “crise de identidade”⁵ no cenário contemporâneo para realçar que as identidades construídas pelas culturas são contestadas sob formas particulares no mundo de hoje, estimulando a produção de novas formas de posicionamento.

A luta e a contestação são concentradas na construção cultural de identidades, e um “descentramento crítico”⁶ abre caminho para uma nova lógica do social, à medida que as práticas articulam e contestam determinados discursos que constitutivos da realidade social. Nas novas formas de identificação coletiva e de pensamento (HALL, 2003) – negros, mulheres, povos indígenas, ecologia, pacifismo, anti-autoritarismo, juventude, movimentos religiosos –, encontramos um espaço para investigar o modo como lutas contra-hegemônicas organizam-se em torno de um programa específico

para desestabilizar significados que antes pareciam fixados. Diante da rede de mudanças havidas nos padrões de produção e consumo, no Estado, na difusão cultural pós-Segunda Guerra Mundial, e no meio-ambiente, uma pluralidade de lutas vem sendo articulada de maneira inédita, expressando resistência e alternativas à exploração capitalista e seus efeitos (CORDEIRO, 2006).

O que fundamenta este trabalho é a busca de uma interlocução entre cultura e política: articulam-se idéias que dêem conta desta realidade cifrada que temos discutido, e tenta-se alguns laços de inteligibilidade entre as múltiplas dimensões da vida contemporânea. Consideramos que a cultura como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter cultural ativo, pois elas em que expressam, produzem e comunicam significados (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

Quando formações culturais entram em contradição com lógicas político-econômicas que tentam refuncionalizá-las para exploração, elementos culturais que por si só não possuem conotações políticas necessárias são articulados em discursos alternativos e o “desenvolvimento”, enquanto projeto político, é articulado em oposição a uma estrutura dominante repressiva (CORDEIRO, 2006). As transformações das condições objetivas da existência impuseram a constituição de

³ A noção de cultura aqui empregada a considera como um conjunto de processos de produção, circulação e consumo das significações na vida social (CANCLINI, 1997; 1999).

⁴ O poder não deve ser entendido como blocos de estruturas institucionais, com tarefas pré-estabelecidas (dominar, manipular etc.), ou como mecanismos para impor ordem de cima para baixo, mas antes como uma relação social difusa por todos os espaços; esta noção não nos leva a ignorar a maneira como o poder se sedimenta e se concentra em instituições e agentes sociais (CANCLINI, 1988).

⁵ Essa crise de identidade está relacionada à noção de “deslocamento” (fruto de um “descentramento crítico”), introduzida por Laclau e Mouffé (1993), segundo a qual as sociedades modernas não possuem (mais) um eixo central (i.e., classe) que produza identidades fixas. Pelo contrário, possuiriam uma pluralidade de centros.

⁶ Numa ótica pós-marxista, este descentramento é expresso pela “queda do muro”, em Berlim, no ano de 1989, e não permite mais a articulação de um discurso em que a emancipação social esteja nas mãos de uma classe “única” (i.e., o “proletariado”).

perspectivas diferentes, denotando uma outra forma de leitura e compreensão do social que se transforma. Ao situarmos este estudo no âmbito da Teoria do Discurso (TD), fruto da crescente ênfase pós-estruturalista no papel do significado dentro de estruturas descentradas, estamos investigando a estrutura discursiva como uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais (LACLAU; MOUFFE, 1989). Os avanços na TD têm proporcionado, inclusive, ferramentas para exposições mais matizadas da constituição mútua – e inseparável – de significados e práticas.

Em suas lutas contínuas contra projetos dominantes de construção, desenvolvimento e repressão, os atores populares mobilizam-se coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Em uma conjuntura específica, os anos 90 e a crise que trouxeram para a política de base e os valores ideológicos radicais (não apenas os socialistas) deixaram “marcas” profundas (BURITY, 2000). Trata-se de um deslocamento que coloca os sujeitos diante de desafios identitários enquanto atores comprometidos com segmentos sociais excluídos. Neste sentido, e no contexto considerado, buscamos na narrativa do SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), organização não-governamental fundada em agosto de 1989, uma interlocução entre cultura e política, à medida que discutimos como a identificação que constitui campos culturais pode se transformar, em conjunturas específicas, num campo de ação proativa em que novos sujeitos de mudança emergem. Assim como Castells (1997, 1999), acreditamos que a transformação da resistência local em novos sujeitos políticos de mudança é o grande desafio de uma teoria da mudança social na era do capitalismo global, uma ordem social fundada na lógica do mercado.

Considerações sobre Método

No período de agosto a outubro de 2005, realizamos um estudo da prática que envolve a transformação da resistência local em sujeitos de mudança no meio rural. Investigamos a experiência do SERTA por meio de entrevistas em profundidade com atores-chave, observação de reuniões internas e com parceiros locais, e levantamento de documentos (CORDEIRO, 2006), a qual constitui a base empírica para investigarmos como a identificação que constitui campos culturais se transforma num campo de ação proativa.

A discussão suscitada pela amostra qualitativa oriunda deste estudo de caso (STAKE, 1994) encontra-se situada a partir de discursos concretos, articulados no campo empírico. A narrativa empírica é articulada com uma reflexão teórico-crítica que evidencia permanências, rupturas e ressignificações de sentidos ligados à subjetividade e ação políticas no cenário contemporâneo.

Os extratos do corpus analítico citados aqui foram selecionados das diversas fontes de dados (entrevistas em profundidade, observações e documentos) agrupadas e codificadas após o trabalho de campo; eles se encontram enumerados ao longo do texto como [Ex1], [Ex2] etc. As fontes documentais acessadas referem-se ao período de julho/2001 a novembro/2005 (os nomes de sujeitos foram modificados para preservar sua identidade).

Questões de Sentido para Mobilização, Politização e Conscientização

Em 1998, uma aliança estratégica foi fundada para concepção de programas e políticas sociais no âmbito regional e nacional, como é o caso do “Projeto Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável do Nordeste”, resultado desta parceria⁷. Com foco de atuação na educação de adolescentes,

⁷ A parceria inclui Instituto Ayrton Senna, Fundação Kellogg, Fundação Odebrecht e apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

o projeto em questão visava à mobilização destes em três microrregiões do Nordeste brasileiro, dentre elas a microrregião da Bacia do Goitá, formada por quatro municípios da zona rural de Pernambuco (Glória do Goitá, Pombos, Lagoa de Itaenga e Feira Nova). Na Bacia do Goitá, o projeto de formação de Agentes de Desenvolvimento Local (ADL) e Agentes de Desenvolvimento da Arte e da Cultura (ADAC) foi implementado pelo SERTA no ano de 2000 e tem trabalhado na formação complementar de adolescentes de escolas rurais a partir de uma visão que integra cidadania, direitos humanos, agricultura familiar orgânica, arte, informática e desenvolvimento pessoal ao desenvolvimento de comunidades locais. A jovem ADL, Carla, fala de si mesma, no trecho a seguir:

Carla...ela é uma agente de desenvolvimento local atuante; também ela é uma estudante do curso de Letras; e no momento coordena uma ação que foi fundada por ela com o apoio de Stela e o Centro Luiz Freire, que é o Fórum da Cidadania em que a gente discute a questão da democratização do orçamento público do município [E Carla antes?] Ah, Carla antes era casa-igreja-escola... somente! Carla não tinha essa visão de mudança mesmo, de contribuição. Carla mesmo não via nenhuma possibilidade para contribuir no desenvolvimento local, opinando nas questões públicas. Ela (era) neutra, entendeu?! Ela não tinha nenhuma motivação que levasse a isso [Ex1].

Compreendemos, conforme Hall (1996b), que, precisamente, o fato de as identidades serem construídas dentro e não fora do discurso torna fundamental compreendê-las como sendo “produzidas em locais históricos e institucionais

específicos, no interior de formações e práticas discursivas, estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 1996b, p.109, grifo nosso). A transposição do foco de um conceito essencialista para um conceito estratégico, contingencial e fluido da identidade é relevante aqui, à medida que o sujeito (adolescente-agente) é interpelado pelos diversos sentidos do discurso em análise. Existiria, assim, um processo contínuo de identificação, no qual o sujeito buscaria criar alguma compreensão sobre si mesmo por meio de sistemas simbólicos e se identificar com as formas pelas quais é visto por outros. A identificação estaria, pois, alojada na contingência, e poderia ser concebida como um processo de articulação (HALL, 1996b; LACLAU; MOUFFE, 1989, 1993, 1996).

O conceito de articulação utilizado por Hall (1996a) é pertinente, nesta análise, para descrever o processo de posicionamento do sujeito (individual ou coletivo) no interior de uma formação discursiva. Entendemos que, desse modo, uma teoria da articulação representa tanto a maneira de compreendermos como elementos distintos se tornam, em certas circunstâncias, coesos dentro de um discurso, como uma maneira de perguntarmos como eles se tornam ou não articulados, em conjunturas específicas, a certos sujeitos políticos.

Consideremos, pois, a noção de “protagonista”, que vem da história do teatro e designa o personagem principal do teatro grego clássico, em torno do qual se constrói a trama (HOUAISS, 2001). O termo “protagonismo” costuma ser usado para designar vários sentidos que, embora correlatos, são distintos, como “participação social”, “intervenção social”, “ação solidária”, “responsabilidade social”, “cidadania” etc. Ao se apropriar do termo numa

⁸ Gramsci (1984) diferencia ideologias historicamente “orgânicas” (i.e., que são necessárias a uma determinada estrutura) das ideologias “arbitrárias” (i.e., racionalistas, desejadas), e considera que, por serem historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade psicológica à medida que organizam as massas humanas. Chaves (2005) explica que Gramsci não restringe a ideologia a um fenômeno localizado, mas caracteriza esta como sendo um elemento que dá coesão e unifica as práticas de determinado contexto. São as ideologias orgânicas que conduzem as massas, assumem posições, lutam para a conquista de interesses, ou seja, são práticas hegemônicas de construção social. Esta é a ideologia identificada como formadora dos processos sociais (CHAVES, 2005).

conjuntura específica, o SERTA ressignifica este a partir de componentes ideológicos⁸ presentes em sua visão de mundo, numa tentativa de fixar o sentido de um significante “flutuante” (LACLAU; MOUFFE, 2002), conforme descreve um de seus líderes:

(O termo) não se associa com o conceito de competição, e sim de solidariedade. Implica que existe o segundo agonista, o segundo ator, o terceiro ator e assim sucessivamente. Todos precisam estar antenados, um com a tarefa do outro, e um não pode substituir o outro. (...) O campo de atuação não é tanto o meio rural, o meio estudantil ou operário, e sim o território. (...) Não atuam para os demais, pobres ou necessitados, atuam com esses. (...) Trabalham muito mais a partir das potencialidades, das capacidades das pessoas, da natureza, do território do que sobre os problemas, as carências, as necessidades sentidas. (...) Atuam interdimensionalmente, sabem fazer pontes, concertações, articulações, entre realidades e coisas aparentemente sem nexos (...) Cultuam os valores espirituais, ligados ou não aos credos religiosos. (...) Sentem-se capazes de mudar e de contribuir com a mudança dos outros e das circunstâncias que o cercam [Ex2].

Assim, percebemos como elementos ideológicos tornam-se coesos dentro de um novo discurso, e proporcionam um espaço homogêneo de representação, um “programa” (MUTZENBERG, 2002) para o adolescente-agente. O conceito de “programa”, de Gramsci (1984), é relevante para discutir o papel ativo e criativo que a ideologia assume na construção de uma “vontade coletiva”, o que implica investigar como esta se propõe uma linha de ação coletiva (e.g., como as ideologias influenciam os agentes na consciência de sua posição). A construção identitária adquire relevância no que se refere à concepção de identidades heterogêneas numa “unidade” (concepção de mundo), mobilizadas para:

Se empoderarem da própria condição de autor do conhecimento, de autor do desenvolvimento, de se empoderarem da condição da autoria do processo de humanização e de desenvolvimento que existe numa comunidade e não serem objetos da bondade ou das decisões dos gestores ou dos salvadores da pátria ou dos elementos externos à comunidade [líder do SERTA] [Ex3].

Canclini (1999) salienta que a reorganização dos cenários culturais e os cruzamentos constantes das identidades exigem uma outra forma para investigar as ordens que sistematizam as relações materiais e simbólicas entre indivíduos e grupos ou coletividades. Consideremos, nesta análise, a visão a respeito de “espaço e ação” de um dos líderes do SERTA:

Se a gente for ver da questão geográfica, por exemplo, isso aqui – os quatro municípios não tem nada a ver um com o outro. Bom, mas a gente optou mais pelas forças do que pelos problemas.

[...] Você considera que exista um território “Bacia do Goitá”?

Hoje a gente já dá essa visibilidade, que é muito clara, sobretudo nas pessoas que passaram pelo SERTA, você encontra essa fala. Os gestores também já fazem essa fala, (que surgiu) a partir desse trabalho que a gente fez aqui, dessa concepção de desenvolvimento não pela questão física ou hidrográfica, mas desenvolvimento pela questão do empoderamento das pessoas, das relações de cidadão que nós temos de construir, porque que diferença faz ser de Pombos ou ser de Glória ou ser de Lagoa se eu tou dentro de um território?... O que a gente discute aqui não é o que separa, mas o que une a gente. Se fosse pra discutir o que separa, aí (eu) ia partir pela geografia, enquanto geógrafo. Mas não é a linha do mapa de Pombos que diz que Pombos é melhor que Glória, não é a linha do mapa traçado que (diz que) o limite de Pombos é quando Glória começa... [Ex4]

No caso sob análise, é necessário fazermos considerações a respeito de contexto sócio-histórico, e, na esfera do desenvolvimento do campo, a implantação de programas de fomento à agricultura familiar (e.g., PRONAF) concorreu para o debate acerca da participação social e a descoberta do “local” como ambiente privilegiado para o processo de redemocratização brasileiro. Da mesma forma, a descentralização de iniciativas governamentais também se tornou elemento dos discursos e propostas políticas democratizantes no período pós-Constituinte. O reforço e o maior protagonismo das esferas sub-nacionais (estados e municípios), como contraponto à significativa centralização que marcou a formulação e implantação das políticas públicas durante os governos militares, apresentava-se como “possibilidade” de superação de impasses e problemas identificados na atuação do Estado brasileiro (NAVARRO, 2002). Estimulava-se, pois, a constituição de espaços de participação social, especialmente no nível local. Para o SERTA, a experiência de formação de agentes de desenvolvimento local (ADL) esteve particularmente ligada aos efeitos deste momento de deslocamento, que tem desestabilizado a noção de “território nacional” enquanto espaço (centralizado) de atuação por excelência (CORDEIRO, 2006).

Assim, a relação identidade-localismo pode ser articulada em prol da mudança social, num projeto de “mudança” que permite transcender uma ênfase reducionista da ação sobre o local (e.g., município). Entendemos que a transformação da resistência local em novos sujeitos de mudança (CASTELLS, 1997) considera a articulação de uma ideologia em circunstâncias específicas, o que reforça o elemento de fé na construção de uma “vontade coletiva” (GRAMSCI, 1984).

Mas, se estamos considerando o “cultural” enquanto espaço privilegiado de articulação na sociedade contemporânea, poderíamos argumentar inicialmente em termos de uma nova forma de

identificação, isto é, um novo *ethos* comunitário⁹ que salientasse a solidariedade como base relacional. Contudo, de acordo com Burity (2000), nem toda forma de identificação que constitua campos culturais se transforma num campo de ação proativa. O autor salienta a diferença específica entre um *ethos* comunitário e um campo de ação, em que o ator coletivo emerge em torno de uma demanda ou uma questão (associada ou não a valores comunitários), referida a um obstáculo, necessidade, injustiça, adversário ou ameaça. Para essa demanda em questão requer-se a negociação de apoios, mobilização de recursos, definição de estratégias e engajamento em formas de ação coletiva. Consideremos, quanto a este enfoque, a fala da jovem ADL, Raquel:

Eu não consigo ver Raquel sem ser essa Raquel de hoje! Não tem como voltar mais atrás, não tem como eu dizer “não, não quero fazer mais nada disso”, ou “não quero fazer isso” porque o compromisso, ele já tá [Raquel aponta para a pele do braço] ele já tá impregnado! Já enraizou dentro do meu corpo, e não tem como mais dizer “poxa, eu não vou fazer isso”, não tem como eu ver ‘aquela’ necessidade, ‘aquele’ problema e não tentar solucionar. Não (que eu vá) tentar solucionar sozinha, mas eu chegar junto do pessoal, mobilizar um grupo de adolescentes, e dizer “oh, gente, é possível! Vamos fazer ‘isso’”, eu não me vejo mais como uma ouvinte, eu não me vejo mais como uma espectadora. Mas eu me vejo como uma colaboradora, como uma contribuinte. [...] isso é uma coisa que a gente aprendeu aqui no SERTA, que você aprendeu e levou pra você mesmo – que você pode, que você tem que fazer, e se você não fizer, é como se você tivesse... não é “maltratando”, mas... assim, é contra os seus princípios, seus valores (...) E vamos fazer! Porque eu acredito que eu vou fazer não sozinha, mas eu acredito em mim, acredito que Kátia pode, que Fábio pode, que Manassés pode, e nós juntos nós vamos conseguir mudar [Ex5].

⁹ Uma forma de vida associada a determinado grupo, num determinado tempo e lugar (BURITY, 2000).

Observamos que a demarcação identitária que temos discutido neste caso reflete a ênfase sobre a noção de pertencimento. Pertencimento “implica simultaneamente numa adesão a um determinado grupo ou enraizamento numa determinada tradição e na crescente impossibilidade disso se dar de forma exclusiva ou definitiva. Pertencer, assim, não significa ser apenas membro, participante, que representaria uma filiação a um conjunto de regras institucionais, a uma adesão formal; também não significa assumir um papel, “encenando” uma série de falas e rituais, para então deixá-los para trás ao “mudar de cenário”, passando a desempenhar outro papel. Pertencer traduziria uma experiência identificatória, de fixação em e a um campo de valores e objetivos “maiores”, um discurso. (...) Pertencimento tanto pode significar coisas diferentes em suas implicações, mas semelhantes na sua forma: real assujeitamento à autoridade de uma tradição; justaposição “incoerente” de valores e formas de vida em sínteses *ad hoc*; vinculação intensa, porém (auto-)crítica a um determinado campo, uma vinculação voluntária, mas não instrumental nem prioritariamente institucional, deixando marcas no sujeito, como no sentido corrente da expressão “vestir a camisa”. Não se trata apenas de fazer parte, mas identificar-se com um discurso, ainda quando isto não se subscreva integralmente às formas e lugares de suas expressões institucionalizadas” (BURITY, 2000, p. 10). O relato do jovem ADL, Pedro, a seguir, ilustra esta demarcação identitária vinculada à noção de pertencimento, que temos discutido:

Aqui eu consegui ser outra pessoa, consegui me ver de outra forma, consegui... ver a vida, ver as pessoas de outra natureza. E aqui eu não vejo simplesmente como meu trabalho pra ter meu dinheiro no bolso, pra ter minhas coisas, mas aqui eu tenho a maior... Eu olho aqui pra essa casa, eu me vejo em cada lugar dessa casa... Porque

se você olhar o pomar, eu participei da plantação, se você olhar pra arrumação do prédio, eu participei, furei parede [risos], eu instalei computador, eu ajudei pessoas... Então eu me sinto parte, sou parte, faço parte da história do SERTA aqui na Bacia do Goitá. Também sou... sou fruto também do que eles fizeram. Eu tava no embrião! [risos] Mas o SERTA pra mim hoje ele é essa... Passei a acreditar em coisa grande que eu nem acreditava, passei a mudar meu hábito, a minha vida, meu jeito de ser... [Ex6]

Consideramos, também, que as preocupações da sociedade contemporânea incluem uma tentativa de enfrentar a dispersão do sujeito¹⁰, tanto em termos espaciais quanto temporais, uma “estabilização” mínima do fluxo da experiência cotidiana tem se tornado uma preocupação central para aquele inserido na “sociedade em rede” (CASTELLS, 1997). Burity (2000) sugere que pertencer a uma organização, grupo e/ou movimento torna-se uma exigência e um problema quando os referenciais se turvam, as fronteiras se tornam incertas e a ameaça de desagregação ou perda de identidade se amplia. Observemos o relato da jovem Raquel:

Pertencer! Que palavra, pertencer. O que é pertencer a Pombos?... É aquela questão da pátria... eu... não é uma questão de idolatrar, mas eu acredito muito no município de Pombos... (...) pertencer a Pombos é muito mais do que nascer, viver e morar, mas é acreditar que esse município é um município de oportunidade e que ele é um município que, além de crescer, pode se desenvolver a partir da iniciativa das pessoas, sabe? A partir do momento em que as pessoas acreditem e façam com que isso também aconteça. É uma mão dupla, né? A sociedade civil junto com a gestão pública... E pertencer à Bacia do Goitá não foge muito... Mas... é porque é um compromisso também. Pertencer à Bacia do Goitá é pertencer

¹⁰ O desenraizamento produz desorientação, ansiedade, sofrimento e destruição de formas de vida ou instituições, o que não pode ser suportado de maneira indefinida (BURITY, 2001; BAUMAN, 1991).

a algo que foi história pro SERTA e que também faz parte da minha história, do mesmo jeito que (...) pertencer a Pombos faz parte da minha história. Eu acho que é muito isso – pertencer à Bacia do Goitá é também fazer parte dessa mudança que ocorreu a partir do momento em que o SERTA veio, em que a Aliança veio e que veio junto – SERTA e Aliança – e buscou jovens pra mudar essa Bacia do Goitá. (...) E eu me sinto como também fazendo parte dessa história, e por isso pertencimento pelo comprometimento e por também acreditar num Pombos melhor, numa Bacia do Goitá melhor, porque a gente tem os jovens como precursores mesmo, e como pessoas que vão desenvolver [Ex7].

A esse respeito, concordamos com Burity (2000), à medida que entendemos que uma dimensão coletiva da identidade considera a organização de iniciativas em torno de certos traços identitários que definem para si uma agenda e compartilham um repertório de ações.

Revisando a Relação Identidade-Localismo

O empoderamento de novos sujeitos de mudança deve, ainda, permitir a estes fazerem sentido ou inteligibilidade de sua situação histórica, sem reduzir tais formas de inteligibilidade a sua localização sócio-econômica ou de classe, ou posição social (HALL, 1996a). Hall (2003) afirma que todos se localizam em vocabulários culturais e sem eles não se consegue produzir enunciações enquanto “sujeitos culturais”. Todos se originam e falam a partir de “algum lugar” - somos localizados.

Nesse sentido, conforme Laclau e Mouffe (1996) argumenta (com base em Jacques Derrida), só podemos pensar “dentro de uma tradição”. Contudo, lembra o autor, isso só se torna possível se a própria relação com o passado for concebida como uma recepção crítica. Assim, uma demanda que surge do interior de uma cultura específica se expande, e seu elo com a cultura de origem se transforma ao ser obrigada a negociar seu significado com outras

tradições dentro de um “horizonte” mais amplo, que agora inclui ambas (HALL, 2003). A obstrução dessa possibilidade de negociação interfere no posicionamento do sujeito enquanto agente, conforme podemos compreender no relato de um dos líderes do SERTA, a seguir:

Nós temos, antes de tudo, a nossa grande herança escravagista, (...) o que empata o desenvolvimento do Nordeste não é a falta de água, de chuva, de tecnologia, de dinheiro, não é falta de terra. É sobretudo o que nós temos na cabeça... Quais foram as marcas históricas que a agricultura deixou no inconsciente coletivo... A agricultura é associada imediatamente a matuto, pobreza, carência, a coisa não compensadora, a preços que não compensam, ao analfabetismo, à falta de oportunidade, à pobreza em geral. Tudo que foi trabalho rural foi assumido pelos escravos. Foram 300 anos e está no nosso DNA, está em nosso inconsciente coletivo. Então o produtor, quando pode fazer qualquer coisinha pra poupar sua filha, poupar seu filho da agricultura, ele começa a proteger de forma que ela estude pra ser empregada doméstica, caixa de supermercado, comerciária, ambulante, mas contanto que não seja agricultora, contanto que não mele a mão ou as unhas na agricultura. Isso, culturalmente, antropológicamente tem um impacto violento sobre todos os projetos, todos os programas pro campo [Ex8].

De acordo com Hall (1999), a continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pelo imediatismo e pela intensidade das confrontações culturais globais, e indica três possíveis efeitos da globalização. O primeiro tem sido o de contestar os contornos estabelecidos da identidade nacional e o de expor seu fechamento às pressões da diferença, da alteridade e da diversidade cultural. Outros efeitos podem ser o fortalecimento das identidades locais ou a produção de novas identidades.

Entendemos que a associação entre identidade

e localismo e a contradição entre afirmação da identidade e o avanço da globalização são questões que moldam o debate entre “localização da cultura” (BHABHA, 2001) e a desterritorialização introduzida pelos fluxos globais (CANCLINI, 1999; 2003). A emergência de demandas identitárias na cena contemporânea ora representam movimentos de retorno ao passado, de reconstrução ou de invenção de identidades coletivas, assim como existem cobranças pela redefinição de padrões societários (BURITY, 2001). De acordo com uma das líderes do SERTA, com referência à estratégia de mobilização, politização e conscientização dos adolescentes, analisada neste texto, cabe salientar que:

Esse desenvolvimento pode partir de um local pequeno, restrito, mas o desenvolvimento está interligado com um desenvolvimento maior, que é conseqüentemente do Estado, do país e do mundo! Então a idéia de que eu posso estar contribuindo aqui nesse pedaço de terra passa a ser a de que eu estou contribuindo para o mundo. É aquela história que a gente dizia sempre “Eu?! O que é que adianta eu fazer isso aqui, pequenininho no meu lugar?”, então a gente refaz isso, reconstrói essa percepção, de que você fazendo nesse pedaço de mundo você está contribuindo para o mundo todo. (...) então essa relação a gente tá fazendo com que eles percebam sempre, porque a partir do local é pra que você se fortaleça, pise no chão, sinta as bases e que vá percebendo a dimensão do global. Pra ter melhores participações em discussões para o global. Que você comece a discutir sobre a renda, sua renda familiar, sobre a renda comunitária, mas que (isso) dê possibilidades pra você discutir sobre a renda do Estado [Ex9].

O relato acima corrobora a idéia de que a globalização representa “a vigência de um princípio de ruptura do liame dual micro/macro, estável/dinâmico, concreto/abstrato, particular/geral. Esse princípio funciona como um “terceiro” e

desencadeia uma lógica que não exige o fim das referências locais, mas as reinscreve num terreno em que elas já não podem definir-se pelo isolamento, nem tampouco pela territorialidade. Sendo assim, a globalização tanto forma como deforma, tanto exige a identidade como resiste a ela, enquanto signo do local, do singular, do autêntico, do emancipatório” (BURITY, 2001, p. 3).

A globalização pode permitir a emergência de novas formas de identificação coletiva, as quais, não mais se definem em função de um pertencimento territorial ou uma tradição imemorial, mas em função de questões de relevância global, de modo que elas se subtraem às exigências de lealdade tradicional ou de atuação localizada. O lado escuro daquilo que Touraine (1999) chama de “culturalismo” é o risco de encerramento de cada cultura numa experiência particular incomunicável. É perigoso que o sujeito seja situado ou avaliado unicamente segundo sua pertença a uma comunidade. Para Touraine, o “comunitarismo” transforma uma cultura em instrumento de mobilização política e rejeição do outro. O autor sugere um duplo afastamento do sujeito, que deve libertar-se da força dos mercados ou dos impérios de um lado, e do enclausuramento das comunidades, do outro (combinando ação instrumental e identidade cultural), como condição para se estabelecer a comunicação sujeito a sujeito. Na seção a seguir, fazemos considerações finais a respeito do caso que temos analisado.

Considerações Finais

De modo geral, pudemos perceber como, no contexto contemporâneo, o “cultural” pode obter uma força política quando uma formação cultural entra em contradição com lógicas políticas ou econômicas que tentam refuncionalizá-la para a exploração ou dominação. A dimensão cultural é, assim, encarada não como uma esfera num conjunto de esferas e práticas diferenciadas, mas como um terreno em que o político, o cultural e o econômico formam uma dinâmica inseparável (LOWE;

LLOYD, 1997).

Essa visão vai buscar no marxismo a ideia da importância das ligações internacionais das lutas no quadro do capitalismo como sistema global. Essas lutas, contudo, são travadas em um contexto histórico em que, por um lado, deixou de ser possível atribuir a um ator coletivo por excelência. Assim, torna-se fundamental o desafio à ideia de que o antagonismo de classe seria o ponto privilegiado das contradições do sistema (SANTOS, 2003). A trajetória das lutas das mulheres, dos ambientalistas, dos movimentos anti-racistas, da juventude, ou pelo reconhecimento de identidades étnicas evidenciam que tanto a dominação quanto a resistência se fazem ao longo de diversos eixos, e que estes não estão subordinados de maneira definitiva, a uma “contradição principal”. Seguindo Laclau e Mouffe (1989), nesse ponto Santos (2003) cita a cultura como um recurso indispensável ao modo de pensar alternativas de novas configurações contra-hegemônicas.

A resistência da identidade – já não mais a mesma, porém uma que se modifica ao responder e “se afirmar” diante do desafio “de fora”, da lógica global – é uma contrapartida da globalização (HALL, 1999; 2003). O novo tipo de “localismo” não é auto-suficientemente particular, mas surge de dentro do global, sem ser simplesmente um simulacro deste (HALL, 2003). Esse localismo não é mero resíduo do passado. É algo novo, a sombra que acompanha a globalização: o que é deixado de lado pelo fluxo panorâmico da globalização, mas retorna para perturbar e transformar seus estabelecimentos culturais. É o “exterior constitutivo” (LACLAU; MOUFFE, 1989) da globalização. Entendemos que é nesse contexto que se pode compreender por que aquilo que ameaça se tornar o momento de fechamento global do Ocidente (sua missão universalizante global) constitui ao mesmo tempo o momento do descentramento incerto, lento e prolongado do Ocidente.

Agradecimentos

Sinceros agradecimentos aos membros do SERTA pela disposição e apoio neste trabalho. Agradecemos também à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que incentivou este trabalho por meio da concessão de bolsa de estudos.

Referências

- ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2000.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.
- BURITY, J. A. *Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativas locais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000. Relatório de pesquisa (mimeo).
- _____. *Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. (Trabalhos para Discussão, n. 107).
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- _____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____. *Culture and power: the state of research*. *Media, Culture and Society*, London, v. 10, n. 4, p. 467-497, 1988.
- _____. *Globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CHAVES, H. *Globalização e ideologia: um estudo sobre a dimensão ideológica do processo de globalização*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: INCLUSÃO SOCIAL E AS PERSPECTIVAS PÓS-ESTRUTURALISTAS DE ANÁLISE SOCIAL, 2005, Recife. Anais... Recife, 2005.
- CORDEIRO, A. T. *Perspectivas pós-estruturalistas*

- na ressignificação de uma estrutura em crise: [re] discutindo concepções, relações e práticas no campo do empreendedorismo. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o estado moderno. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EDUEFMG, 2003.
- _____. A identidade cultural na pós-modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. "On postmodernism and articulation". Entrevista editada por Lawrence Grossberg. In: MORLEY, D.; KUAN-HSING, C. (Ed.). Stuart hall: critical dialogues in cultural studies. New York: Routledge, 1996a. p. 131-150.
- _____. "Who needs identity?". In: _____. Questions of identity. Londres: Sage/The Open University, 1996b. p. 1-17.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo. Loyola, 1993.
- HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. Emancipation(s). London: Verso, 1996.
- _____. Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics. 2. ed. Londres: Verso, 1989.
- _____. Misticismo, retórica y política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- _____. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.
- LOWE, L.; LLOYD, D. "Introduction". In: LOWE, L.; LLOYD, D. (Ed.). The politics of culture in the shadow of capital. Durham: Duke University Press, 1997. p. 1-32.
- MUTZENBERG, R. Ações coletivas, movimentos sociais: aderências, conflitos e antagonismo social. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife.
- NAVARRO, Z. "O MST e a canonização da ação coletiva (Reposta a Horacio Martins Carvalho)". In: SANTOS, B. S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p.263-280.
- SANTOS, B. S. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- STAKE, R. Case studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. Handbook of qualitative research. London: Sage, 1994. p. 236-247.
- TOURAINÉ, A. Poderemos viver juntos? iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.